

Entre políticos, as posições divergem quanto à convocação

Da Sucursal de Brasília

Guilherme Palmeira (FL-AL) — “O que pensamos 68,8 por cento dos entrevistados da Folha é o que deve pensar o presidente Tancredo, assim como nós, da Frente Liberal. Mas precisamos de tempo para isso. Não podemos fazer uma Constituição em seis meses. Teremos a Constituinte em 86 e ela é que vai convocar as eleições diretas para a presidência da República”.

Albano Franco, 46 anos: “A realização de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1986 tem o apoio de grande parte da sociedade. Antes disso, sua realização é mais complicada. Mas não deixo de admitir e de pensar na hipótese, pois sou um homem que acredito na participação do povo. Acho, entretanto, que o período mais adequado para a Constituinte é mesmo o de 86, como dizem todas as lideranças do País e o próprio candidato Tancredo Neves”.

José Agripino Maia: “A realização da Constituinte antes de 86 implica no enfraquecimento do poder do futuro presidente Tancredo Neves. Seria incongruente pregarmos conciliação e a emulação política a que viria fatalmente com uma eleição na arrancada do governo”.

Camilo Penna (ex-ministro da Indústria e do Comércio): “A oportunidade para realização de uma Assembléia Nacional Constituinte é decisão que cabe aos juristas e políticos, mas está claro que é preciso promover mudanças profundas e, principalmente, consolidar toda a legislação em vigor, que é complexa, conflitante e às vezes ausente. Ninguém usa a Justiça no Brasil devido ao emaranhado de leis existente”.

Devanir Ribeiro, presidente do PT em São Paulo: “Somos a favor da Constituinte tão logo após a posse,

como também em relação às diretas, para as quais não deve existir qualquer prazo. Ao contrário do que entende o candidato Tancredo Neves, não irão se constituir como golpe. O povo está querendo mudança real, com condições de participar, o que o Colégio Eleitoral não prevê.”

José Dirceu, secretário do PT em São Paulo: “O resultado vem confirmar a vontade já manifestada pela maioria da população, o que também já foi verificado em outras pesquisas. A maioria dos brasileiros entende que a eleição de Tancredo Neves não é legítima e que também não representa uma ruptura com os vinte anos de regime militar.”

Wellington Moreira Franco, coordenador da Frente Liberal no Rio: “A Aliança Democrática tem como objetivo criar condições para Tancredo Neves governar, e seu cronograma político prevê um mandato de quatro anos para o futuro presidente, a Constituinte em 1986 e uma reforma partidária. A proposta de antecipação desse cronograma parte das elites, mas o povo quer é dinheiro no bolso, um governo que mude o País”.

“Tancredo Neves teria mais legitimidade se fosse eleito pelo voto direto. Só nega isto quem é insensato, como também é insensato quem está querendo antecipar o processo, nesta situação difícil que nos encontramos hoje. O que o povo quer agora é mudar. A opinião pública brasileira está esperançosa na ação do governo Tancredo Neves. Se ele não corresponder às expectativas, aí sim, aí é o caso da antecipação”.

“Os compromissos assumidos, e que deverão ser cumpridos no cronograma previsto pela Aliança, prevêem a reconstrução das instituições democráticas e mudanças na política econômica”.